**PROCESSO**: nº 2000-001857/2018.

**INTERESSADO:** TCI.

**ASSUNTO:** PAGAMENTO.

**DETALHES**: SOL. PAGAMENTO DE NOTAS FISCAIS REF. CONTRATO N. 128/2012

Trata-se de **Processo Administrativo nº 2000-001857/2018**, em 01(um) volume, com 89 (oitenta e nove) fls., que versa sobre o pagamento referente à prestação dos serviços contínuos de gestão documental e disponibilização de soluções integradas na área de informações corporativas, referente ao período de 21/12/17 a 20/01/2018, conforme contrato nº 128/2012, através da empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)**. A solicitação do pagamento está orçada em **R$67.459,10 (sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 59, Parágrafo Único, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fl.89), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO** – Consta correspondência s/n, de 25/01/2018, de lavra do Senhor Rafael Rocha, representante da credora, solicitando o pagamento pela prestação dos serviços contínuos de gestão documental e disponibilização de soluções integradas na área de informações corporativas, conforme contrato nº 128/2012, no valor total de **R$67.459,10 (sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos),** juntando cópias de Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços – NFS-e e relatório das atividades desenvolvidas (fls. 02/24).

Às fls. 25/30, consta Despacho s/n, de 02/02/2018, de lavra da Chefe de Gabinete, Kyssia Kamilla de Araújo Vilela Borges, justificando a continuidade dos serviços prestados pela empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)**, como também alegando que a **Nota Fiscal Eletrônica de Serviço – NFS-e, nº 263,** no montante de **R$27.342,80 (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos)** não deveria ser paga, vez que os serviços não foram requisitados por nenhum setor da SESAU, aja vista o término de vigência do contrato.

**2 – AUTORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS –** Verifica-se que não foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para a devida prestação dos serviços, emitida pelo gestor da SESAU.

**3 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE –** Observa-se que não foi acostado aos autos Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista da empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)**.

**4 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Observa-se à fl. 76, , observa-se DESPACHO-SETCON, de 04/04/2018, informando a Inexistência de Contrato firmado à época entre a empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)** e a SESAU.

**5 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)**, às fls. 03/04, consta Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFS-e nº 263, de 24/01/2018, no valor de **R$27.342,80 (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos)**, **NÃO ATESTADA** e Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFS-e nº 264, de 24/01/2018, no valor de **R$40.116,30 (quarenta mil, cento e dezesseis reais e trinta centavos)**, atestada pelo Secretário Executivo de Tecnologia da Informação, Celyrio Adamastor B. Accioly Neto, o que em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

**6 – COTAÇÕES DE PREÇOS –** Às fls. 81/85 consta cotações de preços realizadas através do site [www.cotaçãozenite.com.br](http://www.cotaçãozenite.com.br), com data de 09/04/18, posterior a prestação dos serviços simplesmente para exemplificar valores não servindo como documento válido.

Neste sentido, vale destacar a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão n° 1.038/2011 – Plenário: ***“... realize prévia pesquisa de preços no mercado local e, em caso de necessidade de contratações diversas de mesma natureza, atente para a necessidade de revezamento de fornecedores e/ou a juntada de cotações de diferentes fornecedores nos respectivos processos, além de evitar o fracionamento de despesas, observando-se os limites do art. 24 da supracitada Lei.” (G.N).***

**7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – À fl. 87, consta nos autos do processo informações de dotação orçamentária referente ao exercício de 2018.

**8 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM; (Atendido)
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício; (Atendido)
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**9 - DO CUMPRIMENTO DA SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 042/2018 DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária à observância das recomendações contidas na Súmula Administrativa exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do DESPACHO PGE-PLIC-CD, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (Art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93);

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original).

Os autos evidenciam o cumprimento das recomendações contidas na Súmula Administrativa exarada no Despacho PGE-PLIC-CD(alíneas ***c*, *d*, *e e f***), restando necessário à demonstração de cumprimento da recomendação contida na referida Nota Técnica (alíneas ***a*, *b*, *g* ,**e ***i***).

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento da recomendação contida na referida Súmula Administrativa alínea **“*a*, *b*, *g*** e ***i”.***
2. **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)**.
3. **DAS CERTIDÕES** – Que as certidões referentes à regularidade fiscal e trabalhista da empresa sejamanexadas, quando do pagamento.
4. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I a IV**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A. (CNPJ nº 03.311.116/0020-00)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 03 de julho de 2018.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

Revisora:

Fabiana Cristina Mendonça de Freitas

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 108-2**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**